

Lusíada



Repositório das Universidades Lusíada

Universidades Lusíada

Seco, Rui, 1971-

Identidade [des]construída : a imagem da acrópole de Coimbra

<http://hdl.handle.net/11067/7696>

<https://doi.org/10.34628/8km4-4046>

Metadados

Data de Publicação	2024
Tipo	bookPart
Editora	Universidade Lusíada Editora
ISBN	978-898-640-249-2

Esta página foi gerada automaticamente em 2025-01-22T10:42:54Z com informação proveniente do Repositório

Identidade [des]construída: a imagem da acrópole de Coimbra

Rui Seco

DOI: <https://doi.org/10.34628/8km4-4046>

Arquitecto, investigador do Centro de Investigação em Território Arquitectura e Design - CITAD



Resumo: Às primeiras realizações do modernismo na arquitectura seguiu-se, a partir da década de 1930, uma alteração do contexto social e geopolítico que vinha limitar as experimentações em curso, que se haviam disseminado nas décadas anteriores, sobretudo no centro da Europa, mas que se estendiam a diversas áreas geográficas, incluindo Portugal. Diversos

regimes europeus cercearam o espaço de abertura cultural anterior, em que se haviam desenvolvido, e procuravam estabelecer padrões urbanos e arquitectónicos que apresentavam como expressão nacional e como afirmação da cultura própria dos países em que se implantavam. Uma linguagem geometrizada e abstracta, marcada por relações de simetria e pela enfatização de eixos de grande visibilidade no espaço urbano, afirmação pela escala, reforçada pela repetitividade dos vãos e marcações verticais, são alguns aspectos comuns a estas linguagens adoptados em diferentes contextos. Em Portugal, a renovação da alta universitária de Coimbra é um exemplo marcante desta inflexão, que alterou fortemente o perfil urbano da cidade num processo de construção que se prolongou por várias décadas.

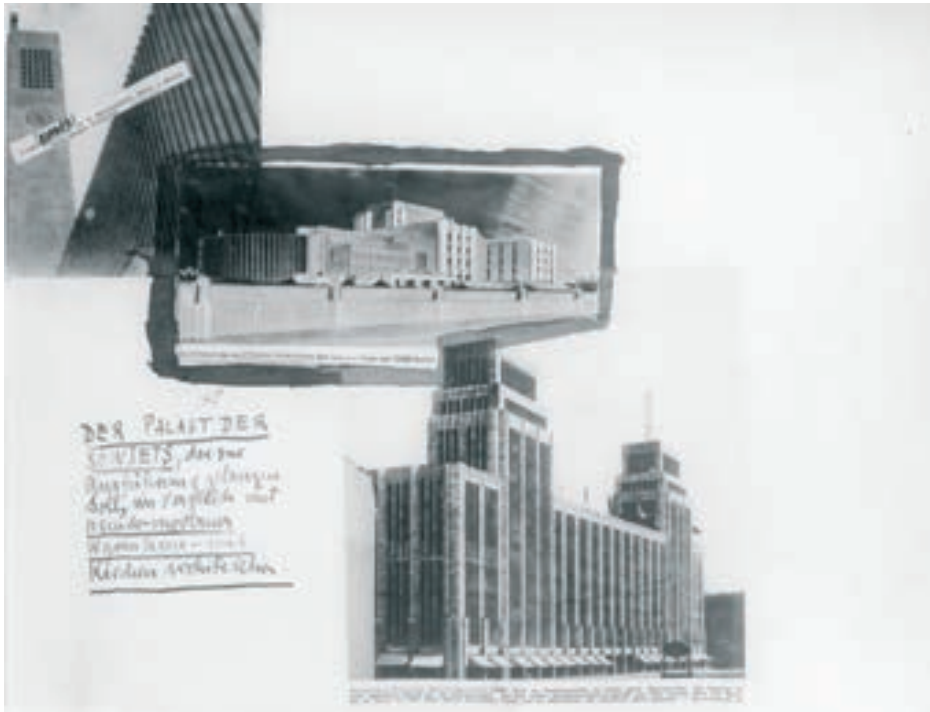
A partir desta intervenção, é neste texto traçada uma leitura sobre a relação entre a intervenção arquitectónica à escala urbana e a afirmação do poder autoritário, relacionando as soluções adoptadas com as diferentes perspectivas e intenções dos protagonistas do processo. A reacção à arquitectura moderna e o seu impacto em Portugal, no contexto do Estado Novo, são pontos de desenvolvimento desta reflexão, no quadro da construção de uma identidade e de uma retórica formal no espaço urbano, que Bruno Zevi considerou ser omnigeometrizada por todos os absolutismos políticos.

Identidade [des]construída: a imagem da acrópole de Coimbra

Quando, em 1932, a proposta de Hector Hamilton para o Concurso para o Palácio dos Sovietes é declarada vencedora, os CIAM enviam duas cartas de protesto a Estaline¹, uma das quais contendo uma fotomontagem de Sigfried Giedion que comparava o projecto a obras neo-clássicas, classificando-o como "*arquitectura pseudomoderna de armazém e de igreja*"².

1 MUMFORD, Eric - The CIAM Discourse on Urbanism, 1928-1960. Massachusetts Institute of Technology Press. Cambridge. 2000. pp 71-72

2 FLIERL, Thomas - The 4th CIAM Congress in Moscow. Preparation and Failure (1929-1933). In *Quaestio Rossica*, vol. 4, Nº 3. 2016. pp. 19-33. DOI 10.15826/qr.2016.3.173.



É possível entender esta expressão arquitectónica, na União Soviética como nos regimes fascistas centroeuropeus, como uma reacção à arquitectura moderna que a antecedeu.

Ao longo da década de trinta, a área geográfica aberta à modernidade na arquitectura diminuiu para espaços quase residuais, retirando lugar à experimentação evolutiva de uma nova ética na arquitectura e na cidade, que comportava uma também nova linguagem, uma procura idealista do espaço construído, para uma humanidade rejuvenescida pela modernidade e pelo progresso. E é nos principais centros de desenvolvimento e implementação da arquitectura moderna, nos meios culturais mais avançados, que se erguem regimes que rapidamente a vão contestar. A Oeste, o nacional-socialismo de direita põe termo a experiências como a Bauhaus e persegue estas ‘perversões culturais’ bolcheviques; a Leste, a ascensão de Estaline encerra o ambiente de avanço cultural pós-revolucionário que tinha gerado o construtivismo e alguma interessante arquitectura primo-modernista, classificando o seu carácter elitista como um’ desvio burguês’.

A reacção à arquitectura moderna faz parte, portanto, de uma reacção à abertura cultural, à pluralidade e à confusão social das jo-

vens democracias do século. As arquitecturas monumentalizantes vi-
nham conferir visibilidade à afirmação de uma nova ordem que os re-
gimes autoritários pretendiam marcar como ruptura, determinando o
final das perturbações sociais das democracias antecedentes e simbo-
lizando a força do Estado e do poder político, como corroboração de
uma outra ideia de modernidade, *alternativa*, ligada a uma outra or-
dem social. Bruno Zevi expressa a relação entre o autoritarismo e esta
manifestação arquitectónica, assinalando que “[...] *todos os edifícios
retóricos, símbolos da autoridade totalitária ou produtos da inércia e do
cinismo, são simétricos. Todos os absolutismos políticos geometrizam, or-
denam a estrutura urbana em eixos e mais eixos paralelos e ortogonais*”³.

Mesmo em países democráticos como a França, a Inglaterra ou os
Estados Unidos surgiu também arquitectura de reacção ao movimen-
to moderno, incorporando classicismos, ecletismos e decorativismos.
Em Portugal, sob o regime do Estado Novo, a arquitectura infecta das
primeiras experiências modernistas do final da década de vinte para
uma abordagem tradicionalista, apoiada como expressão de uma
identidade nacional.

Arquitecturas nacionais

Em Portugal, o regime imposto em 1926, apresentando um in-
questionável carácter autoritário, continha, no entanto, diferenças em
relação aos outros sistemas totalitários europeus, mesmo relativamen-
te aos fascistas. A um primeiro ímpeto de modernização e de vontade
de [demonstração de] progresso, inclusivamente com realizações
arquitectónicas de carácter moderno, na viragem de 1930, seguiu-se
uma vontade de preservação e valorização ideológica das caracterís-
ticas rurais do país, anti-industrialista e anti-urbana, seguindo a con-
cepção conservadora do *Professor de Finanças* – António de Oliveira
Salazar - no poder, que levaria à promoção de uma caracterização na-
cionalista da arquitectura portuguesa, introduzindo-lhe especificida-
des materializadas em diversas vertentes.

3 ZEVI, Bruno – A Linguagem Moderna da Arquitectura. citado por Rosmaninho, Nuno – *O princípio de uma
«Revolução Urbanística» no Estado Novo: os primeiros programas da Cidade Universitária de Coimbra (1934-
1940)*. Minerva. Coimbra. 1996. p 38

Para os arquitectos Nuno Teotónio Pereira e José Manuel Fernandes, que analisaram o tema, a arquitectura do Estado Novo não teve um carácter unívoco, nem cronologicamente nem relativamente ao tipo de encomenda e de promoção. São identificáveis duas grandes linhas seguidas a partir da segunda metade da década de 1930, de acordo com as especificidades programáticas, caracterizando-se “*ao nível dos edifícios públicos, por uma grande monumentalidade retórica, como expressão do poder do Estado, e inculcando o sentido da autoridade e da ordem, com o recurso frequente a um vocabulário neoclássico; ao nível da habitação, por um tradicionalismo arcaizante, como exaltação dos valores nacionais, recorrendo a uma abundante e desconexa incorporação de elementos de arquitectura regional, deturpada e elevada à categoria de nacional*”⁴.

Estas duas linhas cruzavam-se em função das especificidades e do carácter das obras, sendo incorporados aspectos de ambas. Equipamentos públicos em pequenas povoações adquiriam uma linguagem *domesticada*, enquanto grandes edifícios de habitação colectiva urbana assumiam um vocabulário mais pesado e monumentalizante. A importância atribuída à estrutura urbana e à obra concreta balizavam a linguagem arquitectónica a utilizar.

Ainda assim, as especificidades *portuguesas* da arquitectura do Estado Novo podem ser questionadas. Para além das influências da arquitectura fascista europeia [mais alemãs, conforme expressam referências da época de Cottinelli Telmo ou Dutra Faria, ou mais italianas, segundo análise ainda recente de Margarida Acciaiuoli] na arquitectura de poder, mesmo a própria arquitectura da habitação colectiva *português suave* encontra semelhanças com exemplos no exterior, como José Manuel Fernandes exemplifica apresentando o edifício central da Praça de Espanha de Madrid, exemplo a grande escala de princípios de composição e linguagem formal muito próximos, por exemplo da Praça do Areeiro ou do edifício de cunhal da Praça de Londres⁵.

No dia da *Festa da Independência Nacional* de 1937, Oliveira Salazar, Presidente do Conselho de Ministros do Governo português,

4 PEREIRA, Nuno Teotónio; FERNANDES, José Manuel – A arquitectura do Estado Novo de 1926 a 1959. citado por Rosmaninho, Nuno – *O princípio de uma «Revolução Urbanística» no Estado Novo: os primeiros programas da Cidade Universitária de Coimbra (1934-1940)*. Minerva. Coimbra. 1996. p 41

5 FERNANDES, José Manuel – *Português Suave: Arquitecturas do Estado Novo*. IPPAR. Lisboa. 2003. p 35,71,74

expressa por escrito o *texto fundador* de um processo de renovação urbana da Alta de Coimbra, manifestando *a ambição de há muito de dar maior realce à “[...] já de si, por obra de nossos antepassados, grandiosa cidade universitária”* de Coimbra, para tal considerando bastar remover *construções indignas e dar realce às construções fundamentais*, completando-as com instalações apropriadas às exigências dos novos estudos. Defende o processo de isolamento da “[...] *colina sagrada, só activa para o estudo na doce e calma atmosfera coimbrã*”, fazendo *“sobressair as imponentes massas de construções hoje afogadas, que são o edifício central da Universidade, a Biblioteca, a Farmácia, a Faculdade de Letras, os Hospitais, a Associação Académica, a Sé Nova, o Museu; e – Deus me perdoe! – além de muitas outras coisas feias, deitar abaixo aquela excrescência do Observatório Astronómico para deixar intacto aos olhos encantados o panorama maravilhoso do Mondego, das Lágri-mas, da quinta das Canas, do Seminário, das encostas de tristes oliveiras, com a serra no horizonte longínquo [...]”*⁶.

Uma nova acrópole

Seis anos antes de conduzir a sua intervenção de renovação da alta universitária em Coimbra, Cottinelli Telmo propõe a construção de uma *Acrópole de Lisboa*, “[...] *uma massa de edifícios imponentes, de museus de arte [...]*” que dominasse visualmente a Lisboa do século XVIII, que tanto admirava, intenção a que se associa entusiasticamente Duarte Pacheco⁷.

Pouco tempo depois, este projecto visionário seria transferido para Coimbra, alterando de forma radical os princípios do plano de renovação urbana já iniciado e desenvolvido por duas *Comissões da Cidade Universitária*, no sentido de uma marcação monumental. A intervenção conimbricense passaria a exprimir a máxima aplicação do autoritarismo à arquitectura, à semelhança de outras obras emblemáticas do regime, como o Estádio Nacional [com o simbolismo da sua tribuna], diversos Palácios da Justiça ou a Universidade de Lisboa, entre outras.

6 ROSMANINHO, Nuno – O princípio de uma «Revolução Urbanística» no Estado Novo: os primeiros programas da Cidade Universitária de Coimbra (1934-1940). Minerva. Coimbra. 1996. p 54

7 Ibidem. p 73

A transformação urbana da Alta, processo longo e pouco linear, iniciaria a realização das obras a partir de 1943, após um período de estudos preparatórios, entre 1934 e 1942. Os trabalhos prolongar-se-iam por mais de três décadas, para além do final do regime.

Inicialmente, a proposta da primeira comissão, que incluía os arquitectos Raul Lino e Luís Benavente, propunha já a demolição de uma extensão considerável de edificações da área central da Alta, mantendo, no entanto, a estrutura urbana de base, que seria beneficiada através de alargamentos e reformulações pontuais, mas que conformava a generalidade das novas construções propostas. Duarte Pacheco, Ministro das Obras Públicas, a quem é apresentado o relatório, considera, no entanto, as propostas da comissão *insuficientes*. Após diversos contratempos, uma segunda comissão apresenta um novo relatório, que deixa novamente insatisfeito o Ministro. No mês seguinte, Duarte Pacheco efectua uma viagem a Coimbra, na qual o programa é revisto em apenas três dias⁸.

Este momento marca definitivamente uma viragem na transformação da cidade universitária. À vontade empreendedora de Duarte Pacheco soma-se um ambiente de procura de visibilidade e representação do poder pelo Estado Novo, empenhado nas comemorações dos *centenários* e na realização da Exposição do Mundo Português, em Lisboa, ambiente que vai levar à criação de uma nova comissão, no ano seguinte, tendo como arquitecto-chefe Cottinelli Telmo. À intenção de remodelação contida nas propostas das primeiras comissões, contrapõe-se agora a vontade de criação de uma cidade nova, recorrendo como referência primeira à arquitectura de poder alemã e italiana [de que a comissão adquirira uma vasta bibliografia].

⁸ Ibidem.



Na Alta, trata-se do pensamento de Cottinelli Telmo que encontra espaço para materialização, na sua admiração expressa pelo carácter austero, imponente e desdenhoso da variedade arquitectónica, na sua defesa da utilização de demolições como instrumento para substituir construções [consideradas] menos qualificadas e como meio ao serviço do enquadramento urbano e do relacionamento dos novos edifícios com o sítio de intervenção. O seu urbanismo exerce-se preferencialmente sobre áreas despovoadas, e em alternativa, cria-as artificialmente. No entanto, a sua intenção não é a criação do edifício isolado, mas antes de conjuntos construídos organizados de forma geometrizada e monumental, com um desejo de grandiosidade de que é indissociável a finalidade pública e simbólica dos edifícios e do próprio espaço urbano.

Nas suas palavras encontramos claramente expressas as suas convicções: “Chegámos ao caixote, como depreciativamente se diz. É facto. Mas que intenção nobre não há na renúncia a todos os pitorescos, na busca da pureza máxima! [...] o caixote tem o valor da verdade nua e crua [...]. Será este o estilo dos futuros edifícios públicos. [...] a linha recta não morrerá porque é o símbolo da ordem, da orientação, da finalidade atingida, do apurmo, da dignidade [...]”⁹.

⁹ Ibidem.

A inoportuna rigidez

As vontades de marcação urbana de um ministro, Duarte Pacheco, influenciado pelos empreendimentos de Mussolini, e de um arquitecto, Cottinelli Telmo, entusiasmado com as obras de Albert Speer, conjugam-se para desenvolver um processo ciclópico e arrasador que procurava intencionalmente a monumentalidade, as qualidades de “*beleza, modernidade, força, dignidade, disciplina e lei*” que o arquitecto-chefe da comissão entendia impressas na arquitectura nazi.



A alteração radical das expectativas e intenções iniciais de uma operação de limpeza e depuração urbana, menos impositiva, baseada no melhoramento da cidade existente, está longe de gerar consenso, conforme analisou o historiador Nuno Rosmaninho¹⁰.

Raul Lino demonstra sem rodeios a sua divergência relativamente ao rumo do empreendimento pelo qual havia sido inicialmente responsável, e aos diferentes princípios que o norteiam: “*Se formos analisar os*

¹⁰ LINO, Raul – Casas Portuguesas. citado por Benedito, Sílvia – *Expressão Fascista: O Percurso da Cidade Universitária de Coimbra como Expressão de uma Arte Política*. Edição de autor como Prova Final de Licenciatura em Arquitectura no Departamento de Arquitectura da FCT-UC. Coimbra. 1999. p 328

motivos que levam os autores destes arranjos urbanísticos a condenar tão impensadamente certos conjuntos ou partes existentes, quer construídos, quer naturais, que nos encantam, - veremos que o móbil é quasi sempre a sujeição inútil a qualquer plano geométrico inscrito com inoportuna rigidez e inspirado na mais lastimosa insensibilidade”¹¹. Criticando a inflexibilidade dos planos, e de opções como a linha recta, defendendo a grande linha curva regular, assinala que “a maioria das construções geométricas, assim como todos os rigores da simetria, são descabidos, inúteis ou – pelo menos – dispensáveis em todos os casos, e muitas vezes prejudiciais”.



Para Lino, a “base segura e certa para todo o movimento progressivo é aquilo que já existe”¹², o que contraria abertamente toda a concepção

11 LINO, Raul – Quatro palavras sobre urbanização: lidas a 26 de abril de 1945 no Teatro Sá de Miranda em Viana do Castelo. citado por Rosmaninho, Nuno – *O princípio de uma «Revolução Urbanística» no Estado Novo: os primeiros programas da Cidade Universitária de Coimbra (1934-1940)*. Minerva. Coimbra. 1996. p 116

12 LINO, Raul – Casas Portuguesas. citado por Benedito, Sílvia – *Expressão Fascista: O Percurso da Cidade Universitária de Coimbra como Expressão de uma Arte Política*. Edição de autor como Prova Final de Licen-

urbanística de Cottinelli, que explicitamente critica: “[...] *o que nunca devemos esquecer é a tese artística que tem em consideração o carácter da terra, o seu aspecto particular, a linha tradicional da sua evolução*”¹³, e ainda que “[...] *a proporção morreu; está morta e foi substituída pela dimensão, o que é uma forma plástica de expressar que a quantidade é preferida à qualidade. Reparemos bem que nas grandes obras com que se pretende impor às massas um sentimento de respeito, de admiração ou de louvor, o elemento principal de que os edificadores se servem é a dimensão, o tamanho disforme, o sentido descomunal*”.

António de Oliveira Salazar manifestaria também a sua discordância relativamente à concretização desta nova acrópole. “*Afinal, fizeram disto uma fábrica de chocolates*”, terá referido ao visitar a obra, segundo o [também crítico dos trabalhos] médico conimbricense Bissaya Barreto, assim demonstrando a discrepância entre as suas expectativas iniciais e a materialização arquitectónica e formalização efectivamente adoptadas¹⁴.



ciatura em Arquitectura no Departamento de Arquitectura da FCT-UC. Coimbra. 1999. p 328

13 LINO, Raul – Das cidades e do sentido humanista: conferência proferida no Instituto de Altos Estudos da Academia das Ciências de Lisboa. citado por Rosmaninho, Nuno – *O princípio de uma «Revolução Urbanística» no Estado Novo: os primeiros programas da Cidade Universitária de Coimbra (1934-1940)*. Minerva. Coimbra. 1996. p 77

14 Uma outra versão refere uma fábrica de sabão, e não de chocolates. Ibidem. p 54

Identidade e representação

Entre a intenção primeira do Presidente do Conselho, a vontade de expansão da Universidade e a construção de um regime *orgulhosamente só*, a intervenção de remodelação da Alta de Coimbra atravessa quatro décadas de procura de caminhos da arquitectura portuguesa. O confronto entre as opiniões de Raul Lino e de Cottinelli Telmo expõe duas abordagens diferenciadas e concorrentes para a sua identidade - ora atenta à continuidade, procurando a evolução, de forma a manter as suas características intrínsecas e essenciais, ora construindo de forma afirmativa essa identidade, mesmo que de modo propositivo e determinista, menos atento aos seus valores permanentes, a partir de critérios ideológicos ou estéticos que se deixam também contaminar por abordagens exteriores.

A procura de uma identidade nacional, temática basilar para o Estado Novo, impregna a arquitectura portuguesa ao longo do século XX, por acção ou por reacção, da *Casa Portuguesa* de Lino, de António Ferro e da Praça do Areeiro, à vontade de fazer moderno, ao Inquérito e à necessária visão revisionista.

O caso concreto da criação da Cidade Universitária de Coimbra assume o papel de símbolo do poder, de marco identitário do regime. Exprime a máxima aplicação no país do autoritarismo à arquitectura, à semelhança de outras obras emblemáticas como a Universidade de Lisboa, o Estádio Nacional [com o formalismo da sua tribuna] e muitos Palácios da Justiça implantados por todo o território nacional. Ainda que o ditador pudesse estar mais próximo da visão crítica de Raul Lino, a expressão monumental adoptada contraria a sua intenção. Torna-se inevitável a interrogação - não estaria ele a enunciar que aquela arquitectura lhe era - nos era - estrangeira, independentemente de qualquer proximidade ideológica?

A operação de renovação urbana prolongar-se-ia no tempo, para além da situação geopolítica da Europa, que mudaria em sucessivas direcções o contexto da prática da arquitectura.

As cartas para Estaline sobre o Palácio dos Sovietes são *desviadas* do seu destino; o modernismo ganha lugar para experimentação no continente devastado pela guerra; começa a contestação às suas concretizações, nas sociedades renascidas das cidades europeias.

Em Portugal, os arquitectos desenvolvem uma batalha pela liberdade do projecto, procuram um espaço de experimentação, ancoram-se na sua própria procura das raízes identitárias da arquitectura popular, buscando

no conhecimento uma *verdade* redentora, e com isso mudam a sua própria percepção sobre a sua missão e o seu contributo.

Já depois da revolução de Abril, é inaugurada a última obra da Alta renovada, o edifício dos departamentos de Física e Química da Faculdade de Ciências e Tecnologia, em 1975. Nada resta da antiga vivência da Alta, entre estudantes e habitantes, uns transferidos para o espaço social da Praça da República, outros dispersos pelos novos bairros construídos pelo Estado. A cidade universitária representa o reflexo monumentalista do poder que a originou e que acaba de ser deposto.

Entre a *arquitectura de armazém e de igreja* e a opinião de Salazar sobre a *fábrica de chocolates*, sobressai a questão da identidade [inter]nacional destas expressões arquitectónicas. Apresentadas como expressão nacional e como afirmação da cultura própria em cada um dos países em que se implantavam, na realidade apresentavam pontos de contacto entre si, maiores, muito provavelmente, do que com as arquitecturas nacionais com que supostamente se relacionariam - linguagem geometrizada e abstracta, marcada por relações de simetria e pela ênfase de eixos, procurando uma forte visibilidade urbana e afirmação pela escala; e uso de novas técnicas construtivas sem expressão exterior evidente, com marcações verticais nas fachadas e grande repetitividade de pequenos vãos, reforçando a leitura da massa numa volumetria regular e simples. Aquilo que se poderia considerar uma inspiração de carácter ideológico, dada a natureza dos regimes em causa e das suas naturais influências mútuas, ante a similitude do contexto na União Soviética, apresenta-se, no entanto, de mais difícil sustentação.



Estas linguagens arquitectónicas *próprias*, com um carácter afirmativo e monumental não distante entre si quanto aos princípios de concepção e à caracterização formal, serão possivelmente mais **legíveis** enquanto expressões arquitectónicas da representação de um sistema de poder de carácter impositivo nas suas sociedades, apresentando no espaço urbano uma expressão identitária que se pretende marcar.

Referências

- BENEDITO, Sílvia – Expressão Fascista: O Percurso da Cidade Universitária de Coimbra como Expressão de uma Arte Política. Edição de autor como Prova Final de Licenciatura em Arquitectura no Departamento de Arquitectura da FCT-UC. Coimbra. 1999.
- FERNANDES, José Manuel – Português Suave: Arquitecturas do Estado Novo. IPPAR. Lisboa. 2003.
- FLIERL, Thomas - The 4th CIAM Congress in Moscow. Preparation and Failure (1929–1933). In *Quaestio Rossica*, vol. 4, Nº 3. 2016. pp. 19–33. DOI 10.15826/qr.2016.3.173
- LINO, Raul – Casas Portuguesas: Alguns Apontamentos sobre o Arquitectar das Casas Simples. Valentim de Carvalho. Lisboa. 1954.
- LINO, Raul – Das cidades e do sentido humanista. Academia das Ciências de Lisboa. Lisboa. 1969.
- MUMFORD, Eric - The CIAM Discourse on Urbanism, 1928-1960. Massachusetts Institute of Technology Press. Cambridge. 2000.
- PEREIRA, Nuno Teotónio; FERNANDES, José Manuel – A Arquitectura do Estado Novo de 1926 a 1959 in *O Estado Novo das Origens ao Fim da Autarcia* (1926-1959). Lisboa: Fragmentos, 1987.
- ROSMANINHO, Nuno – O princípio de uma «Revolução Urbanística» no Estado Novo: os primeiros programas da Cidade Universitária de Coimbra (1934-1940). Minerva. Coimbra. 1996.
- ZEVI, Bruno – A Linguagem Moderna da Arquitectura. Lisboa. Dom Quixote. 1984.